

Bolsonaro decide dar reajuste de 5% a servidores e militares

Governo decide dar reajuste de 5% a todos os servidores e inclui militares

Sem verba no Orçamento, reajuste, cujo custo é estimado em R\$ 7,9 bi, levará a cortes em outras áreas

Idiana Tomazelli, Marianna Holanda e Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro (PL) decidiu nesta quarta-feira (13) conceder um reajuste de 5% para todos os servidores públicos federais a partir de 1º de julho, mesmo sem espaço suficiente no Orçamento — o que vai levar a um corte de verbas em outras áreas.

O aumento vai alcançar também os militares das Forças Armadas, informaram fontes do governo à Folha.

Os militares já havia sido alvo de uma reestruturação de carreiras em 2019, que resultou em reajustes nos soldos de algumas patentes e ampliação de gratificações. A categoria foi contemplada em meio à negociação para a reforma das regras de aposentadoria desse grupo.

A situação contrasta com a dos demais servidores federais. Boa parte está com salários congelados há cinco anos, desde 2017. Já a elite do funcionalismo, do Ministério Público e auditores fiscais da Receita Federal, teve o aumento mais recente em 2019.

O custo total da medida é estimado em R\$ 7,9 bilhões em 2022, considerando o alcance não só sobre o Executivo mas também sobre carreiras do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público e da Defensoria.

A decisão foi confirmada pela Folha com integrantes da equipe econômica e do Planalto. A opção pelo formato linear foi tomada às vésperas do calendário eleitoral, depois de meses de idas e vindas sobre os reajustes do funcionalismo e após pressão do Planalto sobre a equipe econômica para chegar a um desfecho ainda nesta semana.

O Orçamento de 2022 só tem reservado o valor de R\$ 1,7 bilhão para reajustes ou reestruturações de carreiras de servidores neste ano e, além disso, desde março estão sendo contingenciados recursos para respeitar a regra do teto de gastos (que impede o crescimento das despesas federais



O ministro Paulo Guedes (Economia) e o presidente Jair Bolsonaro durante evento no Palácio do Planalto. Gabriela Bittá/Folhapress

acima da inflação). Por isso, a ideia é que a correção seja aplicada sobre a folha de salários do mês de junho, cujos pagamentos começam a cair na conta dos servidores em 1º de julho.

Para ir adiante com o reajuste, o governo ainda terá que articular com o Congresso a aprovação de uma mudança no Orçamento. Isso porque será preciso encaixar um projeto de lei alterando o anexo 5 da lei, que trata justamente dos recursos para correções salariais. Será preciso ampliar a verba do atual R\$ 1,7 bilhão para o novo montante.

Juridicamente, o reajuste é considerado viável sem que haja risco para as pretensões de Bolsonaro de concorrer à reeleição. A lei eleitoral veda, nos 180 dias que antecedem o pleito, a revisão geral que exceda a recomposição do poder de compra — ou seja, a inflação oficial.

De acordo com os técnicos, os 5% estariam abaixo das

previsões de mercado, que se aproximam de 7%. Com um reajuste abaixo da inflação, a única restrição a ser observada seria a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que veda ampliações de remuneração nos últimos 180 dias do mandato. Daí a brecha para aplicar o reajuste a partir de julho.

Inicialmente, a ideia do governo era conceder um aumento apenas para carreiras policiais, como a Folha publicou no ano passado. Desde o começo, o ministro Paulo Guedes (Economia) se posicionou de forma contrária à medida.

Para a equipe econômica, conceder reajuste para algumas categorias representaria retirar um pino de uma granada — desencadeando aumentos para todo o funcionalismo.

Diante das divergências, o próprio presidente chegou a sinalizar que, se não houvesse consenso, o reajuste poderia ficar só para 2023.

As carreiras policiais são consideradas base eleitoral de Bolsonaro, que está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ministros do governo apostavam, logo após a decisão, que o reajuste de 5% iria arrefecer a pressão dos servidores, esperando até um fim da greve no Banco Central. Roberto Campos Neto, presidente da instituição, participou de conversas sobre o tema no Planalto nesta quarta-feira.

A avaliação é que, se o reajuste fosse apenas para uma categoria, o movimento poderia se espalhar. O governo acredita que não deve haver reação dos policiais, uma vez que também estão contemplados no aumento.

A medida aumenta a despesa com pessoal, que é a segunda maior do governo. O país está no vermelho desde 2014 e, mesmo sem considerar o reajuste, terá uma di-

vida de até R\$ 6,4 trilhões ao fim deste ano. Segundo fontes do governo, a decisão de incluir os militares no reajuste deste ano foi de importância para a sua base de sustentação política.

O general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa no governo Bolsonaro, é cotado para ser vice-presidente na chapa que concorrerá à reeleição.

Uma emenda constitucional de 1998 tirou dos militares o status de servidor público, que passaram a ser "denominados militares". Por isso, uma interpretação mais literal do texto indicaria que eles não são alcançados pela regra da revisão geral de salários, que será usada pelo governo para aplicar o reajuste de 5%.

No entanto, houve um comando direto do presidente para que a categoria também fosse incluída, segundo relatos colhidos pela reportagem. Colaborou Alexa Salomão

Governo cede e reajusta remuneração do funcionalismo

Reajuste 5%

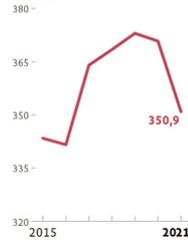
Custo da medida R\$ 7,9 bi (em 2022)

Espaço hoje no Orçamento para reajustes R\$ 1,7 bi

Necessidade de corte em outras áreas do Executivo R\$ 4,6 bi

Quantidade de servidores ativos 1.119.902

Despesas com pessoal e encargos sociais em R\$ bi*



*Valores atualizados pelo IPCA. Fontes: Tesouro Nacional e Portal da Transparência

Categorias afirmam que percentual de aumento é inaceitável

Douglas Gavras e Fábio Pupo

SÃO PAULO E BRASÍLIA O reajuste de 5% que o governo decidiu dar aos servidores foi recebido negativamente por algumas categorias, que já fazem em intensificar manifestações. Para Amauri Fragozo de Medeiros, do Andes-SN (Sindicato

Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), a medida pode ser interpretada como um recuo de Bolsonaro, ao pensar que a proposta inicial do governo era que o reajuste fosse dado apenas a uma parte da sua base eleitoral — os policiais. Apesar de não suprir toda a necessidade dos servidores,

é uma derrota deles, diz. "Mas a carestia, com aumento de combustíveis e desemprego, tem prejudicado o sustento dos servidores. Estamos em pleno processo de construção de greve, e isso não dá conta das nossas perdas salariais. Tenho a impressão de que os servidores irão ficar revoltados, já que 5% equiva-

lem à inflação apenas deste ano, praticamente." Medeiros completa que o governo beneficia os militares mais uma vez, ao incluir as Forças Armadas no reajuste. "Quando da reforma da Previdência, os servidores tiveram os salários reduzidos, com o aumento de alíquotas, mas os militares tiveram au-

mento em seus soldos." O presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques, também criticou o reajuste, ao apontar que a defasagem salarial está entre 30% e 40%. "Recomposição de 5% é mais do que inaceitável, é revoltante." Segundo Marques, as mo-

bilizações dos servidores devem se intensificar nas próximas semanas. "Para os servidores, o ideal seria algo mais próximo aos percentuais de perda do poder aquisitivo no período. Um reajuste de 20% agora seria razoável, e a gente poderia corrigir o restante nos próximos anos."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 13